

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

SEMUSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO - RONDÔNIA

ASSISTENTE SOCIAL

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico
- Conhecimentos Gerais e Atualidades
- Legislação Saúde
- Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 25/2026

BÔNUS
ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41 ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

Editora Solução®

A solução para o seu concurso!

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

SEMUSA - RO

Assistente Social

SL-253ST-26
7901183010271

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos 7
2. Gêneros e tipos de textos 10
3. Variação linguística: diversidade de usos da língua 16
4. Discursos direto, indireto e indireto livre 17
5. Coerência e coesão textuais 19
6. Estratégias argumentativas 23
7. Processos de formação de palavras 24
8. Classes de palavras: identificação, flexão e emprego de substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, preposições e conjunções. Verbo: flexão, conjugação, correlação dos modos e tempos verbais, vozes 29
9. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos 42
10. Concordância verbal e nominal 46
11. Regência verbal e nominal 50
12. Uso dos pronomes relativos 54
13. Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos 54
14. Emprego do sinal indicativo da crase 56
15. Usos da pontuação 58
16. Ortografia oficial. 60
17. Acentuação gráfica 64

Raciocínio Lógico

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; números decimais; valor absoluto; propriedades no conjunto dos números naturais; decomposição de um número natural em fatores primos; múltiplos e divisores; máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum 77
2. Razões e proporções: grandezas direta e inversamente proporcionais; regra de três simples e composta 92
3. Porcentagem 94
4. Grandezas e medidas: quantidade, tempo, comprimento, capacidade e massa 96
5. Equações do 1º grau, sistemas de equações do 1º grau e função do 1º grau: resolução de problemas. 101
6. Média aritmética simples e ponderada 107
7. Noções de lógica matemática: proposições simples e compostas; conectivos lógicos; tabelas-verdade; negação de proposições; equivalências e implicações lógicas; quantificadores 107
8. Argumentação lógica: premissas e conclusões; inferências; análise e validade de argumentos. 121
9. Diagramas lógicos; Linguagem dos conjuntos: notação e representação; elementos e relação de pertinência; igualdade de conjuntos; relação de inclusão e subconjuntos; conjunto unitário, conjunto vazio, conjunto universo e conjunto das partes; conjuntos finitos e infinitos; operações com conjuntos - união, interseção, diferença e complementar 125
10. Sequências lógicas com números, letras, palavras e figuras 129
11. Problemas de associação lógica e de verdades e mentiras 130
12. Análise combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos, permutações e combinações. 136
13. Probabilidade: conceitos básicos e cálculo de probabilidades em espaços amostrais finitos 138
14. Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico e sequencial 139

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

1. Cultura Geral: Fatos Políticos econômicos e sociais do Município, do Estado, do Brasil e do mundo ocorridos nos últimos 05 (cinco) anos, divulgados na mídia nacional e internacional; Atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, educação, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georreferenciamento, inovações tecnológicas e científicas do Município, do Estado, do Brasil e do mundo; Humanidades: movimentos artísticos, culturais e sociais do Município, do Estado, do Brasil e do mundo; Questões da realidade, econômica, cultural, história, geográfica e socioambiental do Município, do Estado, do Brasil e do mundo 145
2. Conhecimentos Gerais e Atualidades: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Município, do Estado, do Brasil e do mundo 145
3. Noções de cidadania: Símbolos nacionais, estaduais e municipais 149
4. Notícias em Geral: Site da Prefeitura de Porto Velho/RO 153

Legislação Saúde

1. Legislação e Saúde Pública: Constituição da República Federativa do Brasil, com as Emendas Constitucionais: arts. 196 a 200 161
2. Sistema Único de Saúde (SUS): história do sistema de saúde no Brasil 163
3. Reforma Sanitária Brasileira; concepção, princípios, diretrizes e organização do SUS 164
4. Lei Orgânica da Saúde; participação e controle social; modelos de atenção à saúde; regionalização e descentralização; redes de atenção à saúde; atenção à saúde no SUS; Legislação Federal de Saúde Pública: Lei Federal nº 8.080/1990 e alterações 165
5. Lei Federal nº 8.142/1990 e alterações. Legislação e normas vigentes relacionadas à organização, ao funcionamento, ao financiamento, à participação e ao controle social do SUS 176
6. Atenção Primária à Saúde (APS): conceitos, princípios e atributos 177
7. Atenção Básica: Política Nacional de Atenção Básica (PNAB); Estratégia Saúde da Família; Equipes e organização da Atenção Primária à Saúde; Territorialização 179
8. Cadastramento e adscrição da população 184
9. Ações de promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde; Coordenação do cuidado e ordenação das Redes de Atenção à Saúde 185
10. Vigilância em Saúde: conceitos, princípios e evolução da Vigilância em Saúde; Organização e atuação da Vigilância em Saúde nas três esferas de gestão do SUS; Componentes e elementos da Vigilância em Saúde; Vigilância Epidemiológica; Vigilância Sanitária; Vigilância em Saúde Ambiental; Vigilância em Saúde do Trabalhador; Vigilância de doenças, agravos e eventos de saúde pública; Vigilância epidemiológica e investigação de surtos 186
11. Notificação compulsória; Investigação epidemiológica; Monitoramento e resposta a surtos e epidemias 187
12. Sistemas de informação utilizados na Vigilância em Saúde 191
13. Vigilância Epidemiológica: conceitos, objetivos e atribuições; Vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis; Vigilância epidemiológica das doenças e agravos não transmissíveis; Investigação de casos e surtos; Medidas de prevenção e controle 196
14. Imunização e vigilância das coberturas vacinais 198
15. Vigilância Sanitária: conceitos, objetivos e atribuições; Ações de prevenção e controle de riscos à saúde; Fiscalização, inspeção e monitoramento sanitário 200
16. Vigilância em Saúde Ambiental: conceitos e campos de atuação; Vigilância de fatores ambientais relacionados à saúde; Qualidade da água para consumo humano; Vigilância de populações expostas a contaminantes ambientais; Doenças e agravos relacionados a fatores ambientais 203
17. Vigilância em Saúde do Trabalhador: conceitos, princípios e atribuições; Promoção e proteção da saúde dos trabalhadores: Investigação e notificação dos agravos relacionados ao trabalho; Prevenção e controle dos riscos e doenças relacionados aos processos e ambientes de trabalho 207

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

18. Epidemiologia: conceitos básicos, objetivos e aplicações 208
19. História natural das doenças e níveis de prevenção 213
20. Notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública; Medidas de frequência e ocorrência de doenças e agravos 217
21. Indicadores de saúde: Incidência, prevalência, mortalidade e letalidade 219
22. Tipos de estudos epidemiológicos 222
23. Avaliação de serviços e programas de saúde 224
24. Sistemas de Informação em Saúde: conceitos, finalidade e utilização; Sistemas de informação de interesse para o SUS e para a Vigilância em Saúde 229
25. Registro, processamento, análise e utilização dos dados para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde 232
26. Documentos e normas técnicas do Ministério da Saúde: Guia de Vigilância em Saúde, 6ª edição revisada, e atualizações 237
27. Guia de Vigilância Integrada da Covid-19, Influenza e outros vírus respiratórios de importância em saúde pública e atualizações 237

Conhecimentos Específicos
Assistente Social

1. Código de Ética profissional 243
2. Atuação profissional contemporânea 243
3. Política de saúde: SUS 247
4. Atuação do assistente social na política de saúde 260
5. Direitos das crianças, adolescentes e pessoas idosas 264
6. Conhecimento e atuação do Programa Saúde da Família: Estratégia Saúde da Família 269
7. Conhecimento e atuação na política de saúde mental 272
8. Intersetorialidade e interdisciplinaridade 276
9. Técnicas de educação e mobilização em saúde 280
10. Programa bolsa família, analise e recomendação de oxigenoterapia 283
11. Realizar estratégias para identificar e abordar problemas vinculados à violência, ao abuso de álcool e a outras drogas 287
12. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990, e atualizações) 291
13. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015, e atualizações) 332
14. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003, e atualizações) 351
15. Política Nacional para a População em Situação de Rua 362
16. Lei Maria da Penha 364

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

▸ A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

▸ A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

▸ Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

▸ **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais:verbais e não-verbais . Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

▸ **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

▪ **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.

▪ **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.

▪ **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

▸ **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

▪ **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.

▪ **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.

▪ **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

▪ **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.

▪ **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.

▪ **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS. OPERAÇÕES DE ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO; NÚMEROS DECIMAIS; VALOR ABSOLUTO; PROPRIEDADES NO CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS; DECOMPOSIÇÃO DE UM NÚMERO NATURAL EM FATORES PRIMOS; MÚLTIPLOS E DIVISORES; MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM

A história dos conjuntos numéricos reflete a evolução do pensamento matemático e a necessidade de representar diferentes tipos de quantidades. Desde os tempos antigos, os seres humanos sentiram a necessidade de contar e medir, o que levou ao surgimento dos números naturais ($\mathbb{N}$). Esses números, utilizados para a contagem e a representação de quantidades inteiras e positivas, foram essenciais nas primeiras civilizações, como a suméria e a egípcia.

Com o desenvolvimento do comércio e a necessidade de lidar com perdas e débitos, surgiu a noção de números negativos, levando à criação do conjunto dos números inteiros ($\mathbb{Z}$). Este avanço permitiu representar tanto ganhos quanto perdas, enriquecendo a aritmética da época.

A descoberta das frações, que são representadas pelos números racionais ($\mathbb{Q}$), marcou outro passo importante. Esses números foram usados para expressar divisões e proporções, sendo fundamentais em atividades como agricultura, construção e comércio.

No entanto, nem todas as quantidades podiam ser representadas por frações, levando à descoberta dos números irracionais, como a raiz quadrada de 2. Isso expandiu o conjunto dos números racionais para formar os números reais ($\mathbb{R}$), que incluem tanto os racionais quanto os irracionais e são essenciais para descrever uma linha contínua de valores.

Finalmente, no século XVI, os matemáticos introduziram os números complexos ($\mathbb{C}$) para resolver equações que não tinham soluções no Conjunto dos Números Reais. Embora inicialmente abstratos, os números complexos encontraram aplicações práticas significativas, especialmente na engenharia e na física.

Essa evolução histórica dos conjuntos numéricos ilustra como a matemática tem se adaptado para resolver problemas cada vez mais complexos, refletindo o progresso do conhecimento humano ao longo dos séculos.

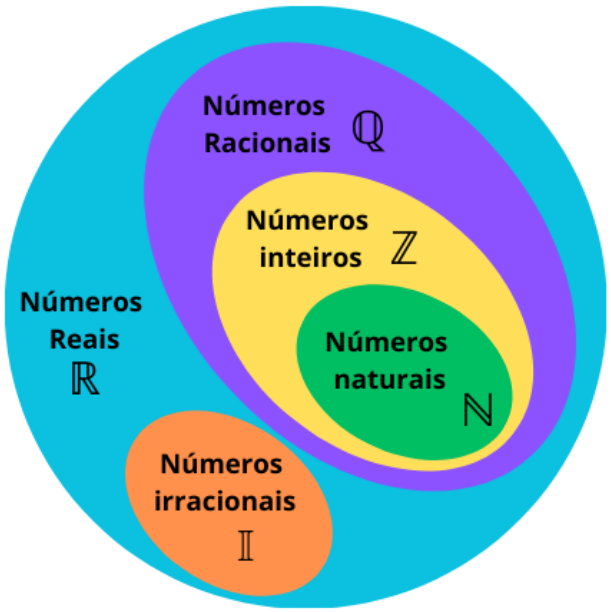
A seguir, veremos as definições e as propriedades essenciais dos conjuntos de números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos:

Conjuntos Numéricos

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: N = {0, 1, 2, 3, 4, ...}.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



Conjunto dos Números Naturais (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, ...}

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

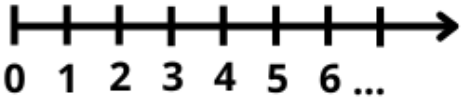
Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

N* = {1, 2, 3, 4...} ou N* = N – {0}: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

Np = {0, 2, 4, 6...}, em que n ∈ N: conjunto dos números naturais pares.

Ni = {1, 3, 5, 7..}, em que n ∈ N: conjunto dos números naturais ímpares.

P = {2, 3, 5, 7..}: conjunto dos números naturais primos.



- **Operações com Números Naturais**

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: *6 + 4 = 10, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.*

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando a-b tal que a ≥ b.

Exemplo: *200 – 193 = 7, onde 200 é o minuendo, 193 é o subtraendo e 7 é a diferença.*

- **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

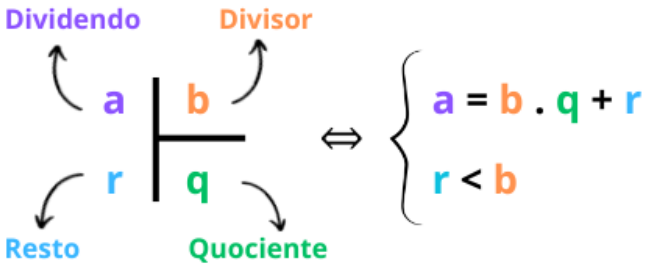
Exemplo: *3 x 5 = 15, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.*

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: 3 x 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ". ", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- **Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. 45 :** 9 = 5
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. 45 = 5 x 9
- **A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q, então poderíamos escrever:** n ÷ 0 = q e isto significaria que: n = 0 x q = 0 o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em N

- **1) Associativa da adição:** (a + b) + c = a + (b + c)
- **2) Comutativa da adição:** a + b = b + a
- **3) Elemento neutro da adição:** a + 0 = a
- **4) Associativa da multiplicação:** (a.b).c = a. (b.c)
- **5) Comutativa da multiplicação:** a.b = b.a
- **6) Elemento neutro da multiplicação:** a.1 = a
- **7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** a.(b + c) = ab + ac
- **8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** a .(b – c) = ab – ac
- **9) Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

(A) 3 642.
(B) 3 828.
(C) 4 093.
(D) 4 167.
(E) 4 256.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

CULTURA GERAL: FATOS POLÍTICOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO OCORRIDOS NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS, DIVULGADOS NA MÍDIA NACIONAL E INTERNACIONAL; ATUALIDADES NOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM ECONOMIA, ECOLOGIA, HISTÓRIA, POLÍTICA, MEIO AMBIENTE, JUSTIÇA, SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE, CULTURA, EDUCAÇÃO, RELIGIÃO, QUALIDADE DE VIDA, ESPORTES, TURISMO, GEORREFERENCIAMENTO, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO; HUMANIDADES: MOVIMENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO; QUESTÕES DA REALIDADE, ECONÔMICA, CULTURAL, HISTÓRIA, GEOGRÁFICA E SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na "Área do Cliente".

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certeiro.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, FÍSICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E ESTATÍSTICOS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO

Aspectos geográficos e físicos do Município, do Estado, do Brasil e do mundo

- **A base física de Porto Velho e de Rondônia**

A capital de Rondônia situa-se às margens do rio Madeira, um dos principais afluentes do rio Amazonas, e essa condição ribeirinha molda praticamente todos os traços físicos e econômicos do município. O relevo predominante na região é de planície e planalto rebaixado, com altitudes modestas e grande presença de áreas de várzea sujeitas a inundações sazonais.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

O regime pluviométrico é marcado por uma estação chuvosa concentrada entre os meses finais do ano e o início do ano seguinte, alternada com um período mais seco, característica típica do clima equatorial e tropical úmido que recobre toda a Amazônia Ocidental. A vegetação original é a floresta ombrófila densa, com formações de floresta aberta e, em alguns trechos, campos naturais e áreas de transição, o que confere ao território uma biodiversidade elevada e, ao mesmo tempo, grande sensibilidade ambiental a processos de desmatamento e alteração do uso do solo.

Hidrografia e a importância do rio Madeira

O rio Madeira constitui o eixo estruturante da geografia física local. Formado pela confluência de grandes rios que nascem na Bolívia e no Peru, ele percorre uma extensa planície antes de desaguar no Amazonas, e seu curso apresenta trechos de corredeiras que historicamente limitaram a navegação contínua entre o interior e o restante da bacia amazônica. Essa particularidade física foi determinante tanto para a ocupação humana da região quanto para empreendimentos de infraestrutura voltados ao aproveitamento do potencial hídrico do rio, hoje utilizado também para geração de energia elétrica. A dinâmica fluvial do Madeira, com variações expressivas de vazão entre os períodos de cheia e de vazante, segue influenciando a vida cotidiana da população ribeirinha e a logística de transporte de pessoas e mercadorias.

Clima equatorial e paisagem florestal

O clima quente e úmido, com índices pluviométricos elevados e amplitude térmica reduzida ao longo do ano, favorece a manutenção da cobertura florestal onde ela ainda se preserva, mas também impõe desafios específicos de drenagem urbana e de conservação de estradas e edificações. A paisagem florestal amazônica que envolve Porto Velho não é homogênea: alterna áreas de mata primária, trechos já convertidos em pastagens e lavouras, e unidades de conservação ambiental que buscam resguardar remanescentes significativos de biodiversidade. Essa combinação de floresta, rio e clima úmido define o que se costuma chamar de paisagem amazônica típica, compartilhada, com variações locais, por todo o estado de Rondônia.

A inserção geográfica do Brasil no continente e no mundo

O Brasil ocupa a porção centro-oriental da América do Sul, com litoral voltado para o oceano Atlântico e fronteiras terrestres com praticamente todos os demais países sul-americanos, exceto Chile e Equador. Essa posição confere ao país papel de destaque na integração regional, seja pelas bacias hidrográficas compartilhadas, seja pelos corredores de infraestrutura que conectam o interior do continente ao litoral atlântico. Em termos de extensão territorial, o Brasil figura entre os maiores países do mundo, com dimensões continentais que resultam em grande diversidade de climas, relevos, biomas e fusos horários internos, embora o país adote, para fins administrativos, um número reduzido de horários oficiais em relação à sua extensão longitudinal.

Divisão regional brasileira e a posição da Região Norte

A divisão oficial do território brasileiro em cinco grandes regiões, entre elas a Região Norte, à qual pertence Rondônia, busca agrupar unidades federativas com certa similaridade física, histórica e socioeconômica, ainda que o critério não seja absoluto e varie conforme a finalidade do agrupamento. A Região Norte concentra a maior parte da floresta amazônica brasileira e apresenta a menor densidade demográfica entre as regiões do país, combinada a uma rede urbana historicamente concentrada ao longo dos grandes rios. Essa configuração geográfica explica por que, até décadas recentes, a integração rodoviária entre os estados do Norte e o restante do Brasil permaneceu incompleta, com a navegação fluvial desempenhando papel estruturante no deslocamento de pessoas e cargas.

O Brasil no contexto geográfico mundial

No cenário mundial, o Brasil integra o conjunto de países de dimensão continental, ao lado de nações como Rússia, Canadá, China, Estados Unidos e Austrália, o que lhe confere relevância geopolítica associada à disponibilidade de recursos naturais, à extensão de fronteiras e ao potencial de produção agropecuária e mineral. A posição predominantemente tropical e subtropical do território, somada à presença da maior extensão de floresta tropical úmida contínua do planeta, insere o país em discussões internacionais sobre clima, biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais, temas que repercutem diretamente sobre regiões como a própria Amazônia Ocidental, onde se localizam Rondônia e sua capital.

Nível geográfico	Elemento físico de destaque	Relação com os demais níveis
Município (Porto Velho)	Rio Madeira e planície amazônica	Parte da bacia do Madeira, afluente do Amazonas
Estado (Rondônia)	Floresta ombrófila densa e relevo de planalto rebaixado	Integra a Amazônia Ocidental brasileira
Brasil	Bacia Amazônica e litoral atlântico	Compartilha a Amazônia com países vizinhos
Mundo	Países de dimensão continental	O Brasil figura entre as maiores extensões territoriais do planeta

A tabela apresentada acima evidencia como um mesmo elemento físico, a bacia hidrográfica amazônica, articula escalas geográficas distintas: o curso local do rio Madeira é parte de um sistema fluvial que conecta o município à totalidade da bacia amazônica e, por extensão, a um debate ambiental de alcance internacional. Compreender a geografia física de Porto Velho, portanto, exige observar simultaneamente a escala local da paisagem ribeirinha e a escala continental da floresta amazônica, sem que uma anule a relevância da outra.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO SAÚDE

LEGISLAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, COM AS EMENDAS CONSTITUCIONAIS: ARTS. 196 A 200

- **Saúde**

A saúde é direito de todos e dever do Estado. Segundo o artigo 197, da Constituição, as ações e os serviços de saúde devem ser executados diretamente pelo poder público ou por meio de terceiros, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas.

A responsabilidade em matéria de saúde é solidária entre os entes federados.

Diretrizes da Saúde:

De acordo com o Art. 198, da CF, as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único – o SUS –, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

- **A Saúde e a Iniciativa Privada**

Referente ao Artigo 199, da CF, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada e instituições privadas poderão participar de forma complementar do SUS, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

- **Atribuições Constitucionais do SUS**

Por fim, o Artigo 200 da CF, elenca quais atribuições são de competência do SUS.

SEÇÃO II
DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:(Vide ADPF 672)

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.(Parágrafo único renumerado para §1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 155 e 156 - A e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, "a", e II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 156 e 156 - A e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, "b", e §3º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)Regulamento

I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do §2º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - (revogado).(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

§4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010)Regulamento

§6º Além das hipóteses previstas no §1º do art. 41 e no §4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§12. Lei federal instituirá pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, a serem observados por pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 124, de 2022)

§13. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final do exercício financeiro em que for publicada a lei de que trata o §12 deste artigo, adequarão a remuneração dos cargos ou dos respectivos planos de carreiras, quando houver, de modo a atender aos pisos estabelecidos para cada categoria profissional.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 124, de 2022)

§14. Compete à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo sistema único de saúde, para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o §12 deste artigo.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

§15. Os recursos federais destinados aos pagamentos da assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo sistema único de saúde, para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o §12 deste artigo serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

[...]

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

Prezado(a),

A fim de atender na íntegra o conteúdo do edital, este tópico será disponibilizado na Área do Aluno em nosso site. Essa área é reservada para a inclusão de materiais que complementam a apostila, sejam esses, legislações, documentos oficiais ou textos relacionados a este material, e que, devido a seu formato ou tamanho, não cabem na estrutura de nossas apostilas.

Por isso, para atender você da melhor forma, os materiais são organizados de acordo com o título do tópico a que se referem e podem ser acessados seguindo os passos indicados na página 2 deste material, ou por meio de seu login e senha na Área do Aluno.

Caso prefira, também é possível acessar o arquivo diretamente pelo link abaixo. Para isso, é necessário copiar e colar o link em seu navegador: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

Bons estudos!

ATUAÇÃO PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEA

Transformações societárias e trabalho profissional contemporâneo

- **Serviço Social como trabalho especializado**

Inserção na divisão social do trabalho

O Serviço Social se realiza em instituições públicas, privadas e organizações sociais que respondem a necessidades produzidas pelas relações sociais. O assistente social trabalha com expressões da desigualdade, com acesso a direitos e com políticas sociais, utilizando competências teóricas, éticas e técnico-operativas. A profissão não atua de forma autônoma em relação às instituições empregadoras: seu trabalho é condicionado por orçamento, normas, metas, equipes, recursos e finalidades organizacionais.

Reconhecer essa condição evita duas simplificações. A primeira é imaginar que o profissional possui liberdade absoluta para definir seu trabalho. A segunda é supor que ele apenas executa ordens institucionais. Há autonomia técnica relativa, exercida dentro de condições concretas e orientada por atribuições, competências e princípios profissionais.

Mudanças no mundo do trabalho

Precarização, terceirização, vínculos temporários, intensificação, metas e digitalização afetam o cotidiano profissional. Essas mudanças podem ampliar produtividade administrativa e, ao mesmo tempo, reduzir tempo para análise, escuta e articulação de rede. Também podem gerar rotatividade e perda de memória institucional.

A atuação crítica exige identificar como condições de trabalho interferem na qualidade do serviço prestado. Sobrecarga não é apenas problema individual do trabalhador; pode produzir filas, registros incompletos, encaminhamentos frágeis e redução do acompanhamento.

- **Novas demandas e complexidade social**

Desigualdades e diversidade

Mudanças demográficas, migrações, envelhecimento, novas configurações familiares, desigualdades territoriais e formas contemporâneas de violência ampliam a diversidade das demandas. O profissional precisa reconhecer diferenças sem transformar grupos em categorias fixas. A análise deve considerar como renda, raça, gênero, deficiência, idade, território e trabalho se combinam em situações concretas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Tecnologias e atendimento

Sistemas digitais, prontuários eletrônicos e atendimento remoto alteram processos de trabalho. Podem facilitar acesso e organização de informações, mas criam riscos de exclusão digital, exposição de dados e padronização excessiva. O uso de tecnologia precisa preservar sigilo, acessibilidade e alternativas de atendimento.

Transformação	Potencial	Risco profissional
Digitalização	Agilidade e integração de dados	Exclusão e exposição
Metas	Acompanhamento de produção	Redução da qualidade a números
Trabalho remoto	Ampliação de canais	Perda de privacidade e vínculo
Reorganização de equipes	Flexibilidade	Sobrecarga e indefinição de funções

A análise dessas transformações deve considerar efeitos sobre usuários e trabalhadores.

Mercantilização e políticas sociais

Mudanças nas formas de provisão de serviços também alteram o trabalho profissional. Contratos, parcerias, terceirizações e modelos gerenciais podem introduzir critérios de custo e produtividade que entram em tensão com necessidades de proteção. O assistente social precisa compreender a forma institucional de financiamento e gestão do serviço para identificar efeitos sobre acesso e qualidade. A crítica profissional não dispensa conhecimento administrativo; ao contrário, exige entender como decisões orçamentárias e organizacionais chegam ao cotidiano dos usuários.

Questão social em novas configurações

Transformações tecnológicas e produtivas não eliminam desigualdades tradicionais e podem criar novas formas de exclusão. Trabalhadores de plataformas, pessoas submetidas a vínculos instáveis e famílias endividadas podem vivenciar insegurança de renda mesmo quando formalmente inseridas em atividades econômicas. O Serviço Social precisa atualizar categorias de análise sem abandonar a compreensão histórica das relações de trabalho e proteção social.

Territorialização das demandas

Crises econômicas, eventos climáticos e mudanças urbanas produzem efeitos diferentes entre territórios. A atuação contemporânea exige capacidade de relacionar informações locais a processos mais amplos. Conhecer o território permite identificar barreiras de mobilidade, redes comunitárias, riscos ambientais e distribuição desigual de serviços, qualificando encaminhamentos e planejamento.

Reconfiguração dos espaços ocupacionais

Assistentes sociais atuam em políticas tradicionais e também em áreas como sociojurídico, educação, empresas, habitação, gestão de pessoas, direitos humanos e programas territoriais. A expansão de espaços não elimina exigência de reconhecer atribuições e finalidade profissional. Em cada campo, é necessário estudar normas, público, relações institucionais e riscos específicos, evitando transportar procedimentos de uma política para outra sem análise.

Competências, autonomia e condições de exercício

- **Dimensões do trabalho profissional**

Teórico-metodológica

A dimensão teórico-metodológica permite interpretar demandas para além de sua aparência imediata. Um pedido de benefício pode estar relacionado a desemprego, deficiência, cuidado familiar e barreiras territoriais. A teoria ajuda a reconhecer mediações e evitar explicações moralizantes.

Conhecimento técnico não deve ser confundido com aplicação mecânica de conceitos. A realidade exige investigação, comparação de informações e atenção às particularidades de cada situação.

Ético-política e técnico-operativa

A dimensão ético-política orienta escolhas profissionais por valores como liberdade, direitos humanos, democracia e não discriminação. A dimensão técnico-operativa transforma essa direção em ações concretas: atendimento, estudo social, relatório, visita, trabalho em grupo, planejamento e articulação de rede.

As dimensões são inseparáveis. Uma técnica pode ser executada formalmente de modo correto e ainda produzir dano se usada com finalidade de controle ou exposição indevida.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!